

TÉCNICO JUDICIÁRIO

POLICIAL JUDICIÁRIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e o tema da redação, você receberá do fiscal de sala
 - o cartão de respostas das questões objetivas;
 - a folha de texto definitivo para a redação.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte fragmento descritivo:

“Henriqueta era feia. Feliz, talvez ficasse bonita. Mas nós já traçamos o perfil desse personagem sombrio. Henriqueta era magra e pálida, tinha cerca de 8 anos, mas lhe davam apenas seis. Seus grandes olhos enfiados numa espécie de sombra profunda tinham seu brilho quase extinto em razão de ter chorado. Os cantos da boca mostravam uma curva de angústia habitual, o que também é observado nos condenados e nos doentes desesperados”.

Assinale a opção que indica uma característica de um texto descritivo que aparece **inadequadamente** identificada no texto acima.

- (A) uma descrição nunca é exaustiva, ou seja, nunca mostra todos os elementos do objeto descrito, como neste caso, que se limita a alguns traços do corpo e do rosto.
- (B) a descrição de uma pessoa, como essa, pode apresentar traços físicos e psicológicos.
- (C) um processo descritivo pode apoiar-se em diversos sentidos do observador e, nesse texto, predomina o visual.
- (D) a posição do observador, nesse texto, é de isenção diante do que é descrito, sem interferir com suas opiniões.
- (E) a estratégia empregada nessa descrição é a de limitar-se a alguns dados do personagem descrito, partindo de observações sobre o corpo, seguidas de algumas outras sobre o rosto.

2

Assinale a frase argumentativa que representa um raciocínio indutivo.

- (A) Muitos estudantes brasileiros terminam seu curso universitário e não conseguem arranjar um emprego. Por isso devemos aumentar nossos investimentos em educação.
- (B) O Parlamento Europeu aprovou leis problemáticas antes, por isso não podemos acreditar que outras cortes vão admitir as novas leis.
- (C) Financiamento público de programas esportivos em tempos de crise econômica é uma perda de dinheiro.
- (D) Em função do grande número de jovens desempregados devemos focalizar a educação no setor técnico, dirigida aos empregos agora existentes.
- (E) Os jovens europeus estão enfrentando dificuldades para conseguir emprego; na verdade eles mesmos são os culpados por não terem sido mais bem preparados para o mercado.

3

Nas frases abaixo, houve a substituição do advérbio “onde” por um substantivo; assinale a frase em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) O estreito de Gibraltar é por onde se entra no Mediterrâneo / o estreito de Gibraltar é a entrada no Mediterrâneo.
- (B) Este edifício é onde está instalado o TSE / este edifício é a sede do TSE.
- (C) O Palácio de Buckingham é onde vivem os reis da Inglaterra / o palácio de Buckingham é a residência dos reis da Inglaterra.
- (D) Os motoristas puseram uma cruz onde ocorreu o acidente / os motoristas puseram uma cruz na localização do acidente.
- (E) Eu gostaria de saber para onde vai essa mercadoria / eu gostaria de saber o destino dessa mercadoria.

4

Observe a seguinte afirmação: “Em função do grande número de jovens desempregados devemos focalizar a educação no setor técnico, dirigida aos empregos agora existentes ou então não nos preocuparmos mais com a sua educação”.

O problema argumentativo desse pensamento é

- (A) mostrar uma falsa dicotomia entre focalizar a educação no setor técnico ou abandonar o processo educativo.
- (B) fazer uma simplificação exagerada de um problema grave como o desemprego, mostrando uma solução imediata e fácil.
- (C) indicar uma solução para um problema sem indicar os meios ou instrumentos de como atingi-la.
- (D) utilizar um raciocínio absurdo, como o de abandonar completamente a educação dos jovens.
- (E) apelar para a autoridade educacional, que recomenda o ensino técnico como solução para o desemprego.

5

Em todas as frases abaixo ocorre a presença de “não + verbo”, expressão que foi substituída por um só verbo de valor equivalente.

Assinale a frase em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Enquanto o homem não souber para que porto quer ir, nenhum vento será o vento certo / desconhecer.
- (B) O advogado pretende não aceitar o juiz indicado para o caso / ignorar.
- (C) O presidente decidiu não aceitar o convite do TSE / declinar do.
- (D) O arqueólogo não revelou o segredo da tumba / guardou.
- (E) O batalhão resolveu não ceder às ameaças / resistir.

6

Assinale a frase abaixo cujo vocábulo sublinhado apresenta uma impropriedade léxica (vocábulo mal-empregado no contexto da frase).

- (A) Os policiais observavam detalhadamente o estado do veículo.
- (B) Os peritos analisavam a grafia da carta anônima.
- (C) As enfermeiras contemplavam as vítimas do acidente.
- (D) Os turistas vislumbravam ao longe a torre da igreja.
- (E) Os alunos perceberam um erro na formulação da questão.

7

Assinale o exemplo de linguagem figurada que **não** está corretamente identificado.

- (A) Uma boa risada é um raio de sol na casa / metáfora.
- (B) A pessoas com disposição alegre, tudo de bom lhes acontece / pleonasma.
- (C) É preciso rir antes de ser feliz, por medo de morrer sem ter sido / elipse.
- (D) Quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir / antítese.
- (E) A verdadeira felicidade está nas pequenas coisas... um pequeno iate, um pequeno rolex, uma pequena mansão... / paradoxo.

8

Assinale a frase abaixo em que uma oração desenvolvida foi substituída por uma oração reduzida de mesmo sentido.

- (A) Abençoado aquele que faz com que meus companheiros riam / Abençoado aquele que faz meus companheiros rindo.
- (B) As crianças só são felizes porque ignoram o que seja a felicidade / As crianças só são felizes se ignorarem o que seja a felicidade.
- (C) Mesmo que alguém vivesse duas vezes mil anos, não veria a felicidade / Mesmo alguém vivendo duas vezes mil anos, não veria a felicidade.
- (D) A felicidade é como as neblinas ligeiras: quando estamos dentro dela, não a vemos / A felicidade é como as neblinas ligeiras: para estarmos dentro dela, não a vemos.
- (E) A verdadeira felicidade custa pouco; se é cara, não é de boa categoria / A verdadeira felicidade custa pouco; se encarecer, não é de boa categoria.

9

Em todas as frases abaixo aparece o vocábulo “também”, que supõe a existência de, pelo menos, duas coisas a serem somadas. Assinale a opção em que essas duas coisas estão explícitas.

- (A) Muita felicidade também mata.
- (B) A razão também tiraniza algumas vezes.
- (C) A razão prevalece na velhice, porque as paixões também envelhecem.
- (D) Os prazeres como as dores também gastam a vida.
- (E) A profunda reflexão é também um dos achaques da velhice.

10

Assinale a frase verbal abaixo que foi nominalizada de forma **inadequada**.

- (A) Felicidade é jogar cartas com a vovó / Felicidade é um jogo de cartas com a vovó.
- (B) A única alegria do mundo é começar um trabalho / A única alegria do mundo é o começo de um trabalho.
- (C) Abençoado aquele que faz com que meus companheiros riam / Abençoado aquele que provoca a risada de meus companheiros.
- (D) Esperar a felicidade já é sentir-se feliz / A espera da felicidade já é a sensação da felicidade.
- (E) A felicidade consiste em continuar desejando o que se possui / A consistência da felicidade é continuar desejando o que se possui.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Considere as frações:

$$a = \frac{5}{6}, \quad b = \frac{7}{9}, \quad c = \frac{13}{18}.$$

Colocando essas frações em ordem crescente a sequência correta é

- (A) $a < b < c$.
- (B) $b < a < c$.
- (C) $b < c < a$.
- (D) $c < a < b$.
- (E) $c < b < a$.

12

Em certa cidade, os taxis cobram R\$ 4,80 de valor inicial (bandeirada) mais R\$ 2,40 por quilômetro rodado. Nessa cidade, Hugo fez um percurso de táxi, sem paradas, e pagou R\$ 36,00 pela corrida.

O número de quilômetros que Hugo percorreu foi

- (A) 10,5.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14,5.
- (E) 15.

13

Três amigos, **A**, **B** e **C**, trabalham juntos. Certo dia, os três almoçaram no refeitório da empresa. Sabe-se que:

- **A** chegou no refeitório às 12h05min e permaneceu por 44 min.
- **B** chegou no refeitório às 12h13min e permaneceu por 47 min.
- **C** chegou no refeitório às 12h09min e permaneceu por 38 min.

O tempo em que os três amigos estiveram juntos no refeitório foi de

- (A) 34 min.
- (B) 36 min.
- (C) 38 min.
- (D) 40 min.
- (E) 42 min.

14

Carlos e Alberto estão em uma fila. Carlos está na frente de Alberto, mas há 3 pessoas entre eles. Há 7 pessoas depois de Alberto e a pessoa que está imediatamente à frente de Alberto ocupa o centro da fila.

O número de pessoas que estão à frente de Carlos é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

15

As notas das provas de um curso são números inteiros de 0 a 10. Vicente fez as três provas desse curso, não tirou nenhuma nota inferior a 5 e a soma das notas dessas provas foi 23.

Colocando as notas em ordem decrescente, o número de maneiras que a sequência das notas pode ter ocorrido é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

16

O valor da expressão

$$\frac{1-2+3-4+5-6+\dots+2019-2020+2021-2022}{2023-2022+2021-2020+\dots+7-6+5-4+3-2}$$

é

- (A) 1.
- (B) -1.
- (C) $\frac{-1011}{1012}$.
- (D) $\frac{1011}{1012}$.
- (E) $\frac{-1012}{1011}$.

17

Laura coleciona figurinhas. Ontem ela arrumou suas figurinhas em montinhos de 6 figurinhas cada e não faltou nem sobrou figurinha alguma. Hoje ela fez uma nova arrumação com as mesmas figurinhas, dessa vez em montinhos de 10 figurinhas cada um e também não faltou nem sobrou figurinha alguma.

O número mínimo de figurinhas que Laura pode ter é M.

A soma dos algarismos de M é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

18

Em uma reunião de condomínio, há jovens com até 21 anos, adultos com mais de 21 e menos de 60 anos, e idosos com 60 anos ou mais. Para cada 2 jovens há 5 adultos e para cada 7 adultos há 3 idosos.

A razão entre o número de jovens e o número total de pessoas presentes a essa reunião é

- (A) $\frac{2}{15}$.
- (B) $\frac{7}{15}$.
- (C) $\frac{3}{14}$.
- (D) $\frac{2}{17}$.
- (E) $\frac{7}{32}$.

19

Dois barbeiros barbeiam 6 homens em 1 hora.

Três barbeiros barbeiam 3 homens em

- (A) 45 minutos.
- (B) 40 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 20 minutos.
- (E) 15 minutos.

20

Zuleide pagou uma conta atrasada com 5% de multa. O valor total, com a multa incluída, foi de R\$ 294,00.

O valor da multa foi de

- (A) R\$ 14,00.
- (B) R\$ 14,70.
- (C) R\$ 15,20.
- (D) R\$ 15,80.
- (E) R\$ 16,40.

Atualidades

21



A COP-27 realizou-se neste mês de novembro no Egito. COP é a sigla, em inglês, para Conferência das Partes, 27 é a edição da Conferência.

Trata-se de evento global organizado pela ONU que reúne autoridades do mundo todo e que, por meio de mecanismos aplicados globalmente, tem como principal objetivo

- (A) conter as mudanças climáticas.
- (B) erradicar a pobreza no mundo.
- (C) criar empregos em escala mundial.
- (D) eliminar todos os conflitos em curso no mundo.
- (E) proteger a infância mundial da pobreza e garantir seu direito de frequentar a escola.

22

A Copa do Mundo de futebol está se realizando no Catar. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- I. O fato de o Catar ter sido escolhido como sede da competição foi muito criticado por ser o país árabe um nada democrático emirado absolutista.
- II. Por ter o Catar clima muito quente nos meses de julho e agosto, este ano a Copa não se realiza nesses meses, como é tradicional, mas em novembro e dezembro, quando as temperaturas são ainda altas, mas mais amenas.
- III. Países muito tradicionais no futebol, como Inglaterra e França, recusaram-se, por motivos políticos, a disputar esta Copa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

23

“Streaming é a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo. O arquivo, que pode ser um vídeo ou uma música, é acessado pelo usuário de forma online.”

(tecnoblog.net)

Atualmente, são muitas as plataformas populares de *streaming* de música e vídeo.

As opções a seguir exemplificam canais de streaming de vídeo, **à exceção de um**, que é preponderantemente dedicado à música em áudio. Assinale-a.

- (A) Netflix.
- (B) YouTube.
- (C) AppleTV+.
- (D) Spotify.
- (E) Amazon Prime.

24



O Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP), também conhecido como Museu dos Três Pandeiros, está localizado às margens do Açude Velho na cidade brasileira de Campina Grande, estado da Paraíba. [...] O museu faz parte da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi inaugurado em 2012 e acolhe trabalhos dos mais talentosos artistas paraibanos, como Sivuca, Jackson do Pandeiro, Marinês, Elba Ramalho, entre outros. Cada uma das três estruturas circulares (os “pandeiros”) remete a um determinado gênero de arte. Cada “pandeiro” faz referência a um diferente gênero de arte.

O MAPP foi projetado pelo famoso arquiteto brasileiro

- (A) Paulo Mendes da Rocha.
- (B) Paulo Casé.
- (C) Oscar Niemeyer.
- (D) Roberto Burle Marx.
- (E) Lucio Costa.

25

Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

Legislação Básica

26

A sociedade de economia mista Alfa, que exercia atividade econômica em sentido estrito em regime de concorrência, conforme dispõe o Art. 173 da Constituição de 1988, pretendia realizar o tratamento de dados pessoais a que diariamente tinha acesso. Surgiu, no entanto, a dúvida a respeito das normas que lhe seriam aplicadas, considerando os balizamentos da Lei nº 13.709/2018.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica esclareceu que a referida sociedade de economia mista está sujeita

- (A) à mesma disciplina das pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) à mesma disciplina dos órgãos e das entidades do Poder Público.
- (C) à disciplina prevista no Estatuto das Estatais, não àquela contida na Lei nº 13.709/2018.
- (D) à disciplina estabelecida na lei que autorizou a sua criação, não àquela contida na Lei nº 13.709/2018.
- (E) a uma disciplina específica, que não se confunde com a disciplina das pessoas jurídicas de direito privado e com a dos órgãos e entidades do Poder Público.

27

Ana, servidora pública federal, almejava concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais. Por tal razão, dirigiu-se ao setor de pessoal e formulou questionamento sobre a possibilidade de fruir uma licença para atividade política.

Em resposta ao questionamento formulado, foi corretamente esclarecido que Ana tem direito à referida licença

- (A) não remunerada, a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (B) remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (C) não remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (D) remunerada, a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, assegurados os vencimentos do cargo efetivo somente por três meses.
- (E) remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e a posse no cargo eletivo, assegurados os vencimentos do cargo efetivo somente por cinco meses.

28

João, muito ativo nas redes sociais, divulgava, com frequência, dados de natureza pessoal, conforme classificação estabelecida na Lei nº 13.709/2018, o que os tornava manifestamente públicos. Um dos “seguidores” de João decidiu coletar esses dados e classificá-los.

Considerando a sistemática estabelecida no referido diploma normativo, é correto afirmar que a atividade do seguidor de João é

- (A) lícita, pois não importa em tratamento de dados e independe de autorização do titular da informação.
- (B) lícita e independe de autorização do titular da informação, embora caracterize tratamento de dados.
- (C) ilícita, pois importa em tratamento de dados e depende de autorização do titular da informação.
- (D) ilícita, dependendo de autorização do titular da informação, embora não caracterize tratamento de dados.
- (E) lícita, não dependendo de autorização do titular da informação, salvo se a atividade de tratamento importar em difusão da informação.

29

Após amplos estudos realizados pela equipe de gestão de pessoal do Ministério Alfa, constatou-se que alguns cargos de provimento efetivo deveriam ser deslocados, do referido Ministério, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

À luz da narrativa, é correto afirmar que estamos perante

- (A) readaptação, a qual pressupõe que o cargo esteja vago.
- (B) readaptação, a qual pressupõe que o cargo esteja ocupado.
- (C) redistribuição, a qual pressupõe que o cargo esteja ocupado.
- (D) readaptação, podendo o cargo estar vago ou ocupado.
- (E) redistribuição, podendo o cargo estar vago ou ocupado.

30

Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, foi transferido para atuar em nova sede, o mesmo ocorrendo com Maria, sua esposa e igualmente servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo. Com isso, o domicílio do casal foi alterado, em caráter permanente, para a localidade XX. Ambos decidiram requerer o pagamento de ajuda de custo.

Nesse caso, à luz da sistemática legal, é correto afirmar que

- (A) apenas um deles, Pedro ou Maria, fará jus à ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, sendo vedado o pagamento de dupla indenização.
- (B) Pedro e Maria farão jus à integralidade da ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, cujo valor, portanto, será pago de maneira dobrada.
- (C) somente será possível pagar a ajuda de custo para ambos, caso a transferência de Pedro e Maria para a nova sede não ocorra de maneira simultânea, mas sucessiva.
- (D) Pedro e Maria, caso recebam remuneração não superior a dez mil reais, farão jus à integralidade da ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, cujo valor, portanto, será pago de maneira dobrada.
- (E) Pedro e Maria não fazem jus à ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, pois, por serem servidores públicos federais, devem atuar em qualquer localidade do território nacional.

Conhecimentos Específicos

31

Juliano e Bruno são amigos desde a infância e resolveram fazer um passeio de barco organizado pela empresa “Escuna Viver Bem” em uma região de praia do litoral brasileiro. Durante o passeio, o clima mudou e começou a chover intensamente. A embarcação não suportou o mar agitado e virou. Na água, Juliano e Bruno disputaram o único colete que sobrou, momento em que Juliano afogou Bruno e pegou o colete para salvar sua vida.

Nesse caso, podemos afirmar que Juliano agiu em

- (A) legítima defesa.
- (B) legítima defesa putativa.
- (C) estado de necessidade.
- (D) estado de necessidade putativo.
- (E) exercício regular de direito putativo.

32

Mário estava em uma festa e ficou completamente embriagado após ingerir um refrigerante sem saber que o *barman* tinha incluído uma substância entorpecente em sua bebida. Nessa situação, Mário subtraiu o celular de Alice e foi embora do local. Posteriormente, foi constatado, na perícia, que Mário estava completamente embriagado e sem capacidade de determinar o caráter ilícito do fato.

Nesse caso, é correto afirmar que Mário

- (A) não responderá por crime, tendo em vista que houve exclusão da ilicitude, em razão do exercício regular de direito.
- (B) não responderá por crime, tendo em vista que houve exclusão da culpabilidade, em razão do exercício regular de direito.
- (C) não responderá por crime, tendo em vista que, em razão da imputabilidade do agente, existe uma excludente de culpabilidade.
- (D) não responderá por crime, tendo em vista que, em razão da inimputabilidade, houve exclusão da culpabilidade.
- (E) praticou o crime de furto, previsto no art. 155, *caput* do CP.

33

Teodora conheceu Daniel em um *site* de relacionamentos. Após 2 anos de relacionamento à distância, Teodora resolveu deixar o estado onde mora, São Paulo, para viver na Bahia, onde reside Daniel, seu grande amor.

Assim, Teodora embarcou em um avião rumo à Salvador. Após atraso do voo de 4 horas, Teodora desembarcou exausta em Salvador – BA, recolheu sua bagagem, retirou a identificação da mesma e foi tomar um café para aguardar a chegada de Daniel no aeroporto. Nesse momento, Maria estava na mesma lanchonete tomando café e aguardando o horário do início do *check in* para pegar seu voo com destino ao Rio de Janeiro. Ocorre que Maria se confundiu e pegou a mala de Teodora pensando ser a sua, pois as malas eram idênticas e ambas estavam sem identificação. Maria despachou a mala e embarcou para o Rio de Janeiro.

Nesse caso, pode-se afirmar que Maria agiu em

- (A) erro de tipo, uma vez que as malas eram idênticas e sem identificação. Maria pensou sinceramente que estava levando sua própria mala.
- (B) erro de proibição, uma vez que as malas eram idênticas e sem identificação. Maria pensou sinceramente que estava levando sua própria mala.
- (C) discriminante putativa, já que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- (D) erro de tipo, já que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- (E) erro de proibição, já que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

34

Adriano, Policial Rodoviário, em razão da função, exige de Victor certa quantia em dinheiro para não lavrar uma multa. Victor aceita a proposta, mas diz que precisa retirar dinheiro no caixa eletrônico. Quando Victor retorna do Banco, descobre que Adriano foi preso em flagrante por policiais à paisana que estavam no local.

Nesse caso, Adriano

- (A) não cometeu crime, porque não recebeu a quantia em dinheiro.
- (B) praticou crime de concussão, na forma tentada, uma vez que não recebeu o dinheiro de Victor.
- (C) praticou crime de extorsão, na forma tentada, uma vez que não recebeu o dinheiro de Victor.
- (D) praticou crime de concussão.
- (E) praticou crime de extorsão.

35

Rafael, delegado de polícia, deixou de dar andamento a inquérito no qual sua vizinha, Bianca, estava sendo investigada pela prática de crime, porque sempre achou Bianca uma mulher linda e sedutora.

Nesse caso, pode-se afirmar que Rafael

- (A) praticou peculato.
- (B) não cometeu crime.
- (C) praticou corrupção passiva.
- (D) agiu sob o amparo de excludente de ilicitude.
- (E) praticou prevaricação.

36

Alfredo, 35 anos, desesperado para pagar sua dívida de cartão de crédito, sorrateiramente subtrai considerável quantia em dinheiro que sua mãe, de 59 anos, guardava no colchão de casa.

Nesse caso, pode-se afirmar que Alfredo

- (A) é isento de pena, diante da escusa absolutória por ter praticado o crime em prejuízo de ascendente.
- (B) responderá por crime de roubo qualificado.
- (C) responderá por crime de extorsão.
- (D) não cometeu crime por ter agido em exercício regular de direito.
- (E) responderá por crime de furto.

37

Durante as investigações, o delegado de polícia responsável pelo inquérito no qual se investiga Júlio por prática de crime de furto, impediu o advogado desse investigado de ter acesso aos autos.

Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) ao advogado é sempre permitido o acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito e a todos os elementos decorrentes de diligências em curso ainda não documentadas.
- (B) o inquérito é sigiloso e, por isso, ninguém tem acesso aos respectivos autos.
- (C) somente Júlio pode ter acesso aos autos do inquérito, inclusive aos elementos decorrentes de diligências em curso ainda não documentadas.
- (D) o Delegado de Polícia é obrigado a permitir ao advogado o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito. No entanto, o delegado pode deixar de exibir diligência em curso ainda não documentada.
- (E) o Delegado de Polícia decidirá fundamentadamente se permitirá ao advogado o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito.

38

Patrícia responde a processo por crime de ação penal privada por ter supostamente praticado injúria contra Maria.

Ocorre que as duas eram amigas desde a infância e Patrícia sempre teve temperamento mais “esquentado”.

Durante o processo, Maria resolveu esquecer a ofensa e decidiu perdoar Patrícia, mediante termo nos autos. Contudo, Patrícia que não aceitou o perdão.

Nesse caso,

- (A) o perdão é ato unilateral. Como Patrícia não aceitou, a ação penal não poderá ser obstada em hipótese alguma.
- (B) existe a possibilidade de Maria mitigar o caráter bilateral do perdão, deixando de dar andamento ao processo por mais de 30 dias.
- (C) Maria poderá renunciar ao direito de representação.
- (D) poderá ocorrer a perempção com a concordância da querelada.
- (E) o perdão é ato bilateral. Como Patrícia não aceitou, a ação penal não poderá ser obstada, nem mesmo por perempção.

39

Cristiano é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho há mais de 10 anos e, no exercício de suas funções, foi vítima de crime contra a honra praticado por Rodrigo, um jurisdicionado.

Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) a ação penal somente poderá ser ajuizada por Cristiano, mediante queixa-crime.
- (B) a ação penal privada somente poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, uma vez que Cristiano é funcionário Público e estava no exercício de suas funções.
- (C) a ação penal é pública e incondicionada.
- (D) Cristiano não poderá apresentar queixa-crime.
- (E) Cristiano, mediante queixa-crime, e o Ministério Público, mediante representação do ofendido, possuem legitimidade concorrente.

40

Bianca, moradora da Comarca A, onde tem conta corrente na Agência do Banco “Seja Feliz”, emitiu dolosamente cheque sem provisão de fundos para comprar um vestido na Comarca B. A dona da loja depositou o cheque no Banco situado na Comarca W.

Recusado o cheque por falta de provisão de fundos, é correto afirmar que a competência para ação penal que será da

- (A) Comarca A, pois é onde reside Bianca.
- (B) Comarca B, onde foi emitido o cheque sem provisão de fundos.
- (C) Comarca A, visto que é o local onde se deu a recusa.
- (D) Comarca W, uma vez que é o local onde se situa o Banco em que o cheque foi depositado.
- (E) Comarca B, uma vez que é onde se situa a loja que recebeu o cheque sem provisão de fundos.

41

Fernando é pai de Caio, que tem 11 anos de idade, e é o único responsável pelos cuidados do filho. Fernando responde a processo penal por crime de estelionato, em que o Ministério Público requereu sua prisão preventiva.

Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) a prisão preventiva pode ser substituída pela domiciliar, já que Fernando é o único responsável pelo filho de 11 anos de idade.
- (B) a prisão preventiva deverá ser convertida em prisão temporária.
- (C) Fernando deve permanecer solto, tendo em vista que tem filho menor de idade.
- (D) a prisão preventiva deve ser decretada como garantia da ordem pública.
- (E) a prisão preventiva deverá ser decretada, tendo em vista que Fernando responde pelo crime de estelionato.

42

Caio, faixa preta de judô, lesionou gravemente Mário após uma discussão por ciúmes de sua namorada. Durante o inquérito policial, não obstante Caio ter confessado a autoria da agressão à Mário, inclusive quanto ao dolo de lesioná-lo para terminar a discussão, a autoridade policial não encaminhou Mário para exame de corpo de delito de lesão corporal, bem como este sequer compareceu espontaneamente em algum hospital para receber atendimento médico. Após a regular tramitação do inquérito e do processo penal, a única prova para a condenação foi a confissão em sede policial.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

- (A) trata-se de confissão qualificada, sendo suficiente para a condenação de Caio.
- (B) a palavra de Caio é suficiente para sua condenação, não sendo necessário outro meio de prova.
- (C) a confissão em sede policial é ilegítima.
- (D) a confissão em sede policial é ilícita.
- (E) para a condenação é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

43

Armando, Juiz de direito, está respondendo a processo por crime previsto no art. 9º da Lei nº 13.869/2019, por suspeita de ter decretado a prisão de Gustavo em desconformidade com a lei. A defesa alega extinção de punibilidade, pela decadência, visto que Gustavo não apresentou a representação no prazo devido.

Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) houve a extinção de punibilidade pela decadência, uma vez que a representação não foi apresentada no prazo de 6 meses.
- (B) houve a extinção de punibilidade pela decadência, uma vez que a representação não foi apresentada no prazo de 3 meses.
- (C) não há que se falar em extinção de punibilidade pela decadência, visto que os crimes previstos na Lei 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada.
- (D) houve a extinção de punibilidade, uma vez que a queixa-crime não foi apresentada no prazo de 6 meses.
- (E) houve a extinção de punibilidade, uma vez que a queixa-crime não foi apresentada no prazo de 3 meses.

44

Beatriz é funcionária de órgão da Administração Pública Indireta há 20 anos e possui gabaritada qualificação profissional. Há 5 anos, sua promoção funcional foi obstada, sob o fundamento de que negros não alcançariam esse avanço na carreira.

Nesse caso, podemos afirmar que houve

- (A) crime previsto no parágrafo único do art. 3º, da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- (B) contravenção penal.
- (C) houve a extinção de punibilidade, já que o crime está prescrito.
- (D) fato atípico.
- (E) houve a decadência do direito de representação.

45

Rafaela, modelo profissional, foi ao shopping comprar roupas para viajar. Ao efetuar o pagamento mediante cheque, o vendedor Jonny solicitou à Rafaela a apresentação de seu documento de identidade. De posse do documento de Rafaela, Jonny recusou-se a devolvê-lo, pois queria uma foto da modelo e decidiu reter o documento.

Nessa situação, podemos afirmar que Jonny

- (A) não cometeu crime, por ser imputável.
- (B) não cometeu crime, por atuar em exercício regular de direito.
- (C) praticou crime previsto no art. 2º da Lei 5.553/68 por pedir a Rafaela a apresentação do documento de identidade.
- (D) praticou contravenção penal, prevista no art. 3º da Lei nº 5.553/68, ao reter o documento de identidade de Rafaela.
- (E) praticou contravenção penal prevista na Lei nº 3.688/41.

46

João, taxista, inconformado com os roubos sofridos no último ano enquanto dirigia seu carro, resolveu adquirir um revólver calibre 38, de uso permitido, para defender-se durante sua jornada de trabalho. Ocorre que, em 07 de agosto do corrente ano, ao passar por blitz realizada pela Polícia Militar, foi parado e consigo encontrado o revólver mencionado. Tendo em vista que João não possui porte de arma, restou preso em flagrante, bem como o revólver, que estava desmuniado, apreendido.

Com base no enunciado, pode-se afirmar que

- (A) João não responderá por crime algum, pois o revólver encontrava-se desmuniado, inexistindo, portanto, risco para terceiros. Assim, trata a hipótese de fato atípico.
- (B) João responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, nos termos do artigo 14 da Lei 10826/2003, independentemente de a arma estar desmuniada, uma vez que se trata de crime de perigo abstrato ou de mera conduta.
- (C) João somente responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, nos termos do artigo 14 da Lei 10826/2003, caso atestada a eficácia do material bélico apreendido por perícia técnica, ainda que a arma estivesse desmuniada.
- (D) João não responderá por crime algum pois lhe é permitido portar arma de fogo para sua autodefesa, estando protegido pela excludente de ilicitude da legítima defesa.
- (E) João não responderá por crime algum pois lhe é permitido portar arma de fogo para sua autodefesa, estando protegido pela excludente de ilicitude do estado de necessidade.

47

Matilde, trabalhadora, primária e sem qualquer antecedente criminal, moradora de comunidade ocupada por traficantes de entorpecentes e local de diversos confrontos armados, resolveu recolher munições que porventura encontrava nas ruas da localidade com a finalidade de fazer para si um colar decorativo. Destarte, ao amanhecer, quando estava saindo para trabalhar e logo após encontrar e recolher um projétil de arma de fogo caído ao chão, foi abordada por policiais militares e revistada por uma policial militar mulher sob a alegação de que todos na área eram suspeitos de terem participado de intenso tiroteio ocorrido na noite anterior. Ao término da revista, com Matilde foi encontrada uma munição calibre 38, de uso permitido. Não obstante a explicação fornecida aos policiais militares, Matilde foi presa em flagrante e encaminhada até a autoridade policial.

Diante do exposto, pode-se afirmar que

- (A) Matilde, segundo hodierna orientação dos Tribunais Superiores, responderá necessariamente pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, nos termos do artigo 14 da Lei 10826/2003, uma vez que a posse e o porte ilegal de munições, crimes de mera conduta ou de perigo abstrato, configuram condutas materialmente típicas, ainda que esteja(m) a(s) munição(ões) desacompanhada(s) de arma de fogo e que se trate de apenas uma munição.
- (B) Matilde, segundo hodierna orientação dos Tribunais Superiores, não responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, nos termos do artigo 14 da Lei 10826/2003, uma vez tratar a hipótese de excepcional atipicidade material da posse e do porte ilegal de munição, tendo em vista ser ínfima a quantidade de munição e inexistir artefato capaz de disparar o projétil, de maneira que as peculiaridades do caso concreto analisadas a fim de se aferir a mínima ofensividade da conduta da agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica provocada permitem o reconhecimento da atipicidade material.
- (C) Matilde, segundo hodierna orientação dos Tribunais Superiores, somente responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, nos termos do artigo 14 da Lei 10826/2003 se comprovada por perícia técnica que a munição estava apta a ser deflagrada.
- (D) Matilde, segundo hodierna orientação dos Tribunais Superiores, não responderá por crime algum pois agiu em exercício regular de direito porquanto a munição estava perdida no chão.
- (E) Matilde responderá pela contravenção penal do artigo 18 do DL 3688/41: “Fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição”.

48

Geraldo, esgotado com o intenso e cansativo trabalho realizado em empresa siderúrgica, bem como desanimado com seus ganhos financeiros, pois não o permitem viver os momentos gloriosos compartilhados por seus amigos nas páginas das redes sociais “curtindo a vida”, resolve, após uma noite de insônia e revolta, iniciar uma greve, impedindo, para tanto, mediante grave ameaça de dar uma surra, que seus colegas de trabalho ingressassem na empresa e pudessem trabalhar.

Na hipótese, à indagação “Geraldo cometeu crime de atentado contra a liberdade de trabalho, previsto no art. 197 do CP?”, a resposta correta é

- (A) não; Geraldo não cometeu crime de atentado contra a liberdade de trabalho, previsto no art. 197 do CP, uma vez que o tipo penal exige para sua caracterização o emprego de violência e grave ameaça para forçar alguém a aderir ao movimento, sendo certo que Geraldo apenas utilizou-se de grave ameaça, porém não foi necessário empregar violência.
- (B) não; Geraldo não cometeu crime de atentado contra a liberdade de trabalho, previsto no art. 197 do CP, uma vez que referido crime é de concurso necessário e Geraldo não conseguiu convencer seus pares a aderirem ao movimento.
- (C) não; Geraldo agiu em estado de necessidade, que é uma excludente da ilicitude, prevista no art. 23, I c/c art. 24, do CP.
- (D) sim; Geraldo cometeu crime de atentado contra a liberdade de trabalho, previsto no art. 197 do CP, uma vez que logrou êxito em constranger seus colegas de trabalho, mediante grave ameaça, a não trabalharem durante aquele dia.
- (E) sim; Geraldo cometeu crimes de atentado contra a liberdade de trabalho, em concurso formal, nos termos do art. 197, na forma do art. 70, ambos do CP, pois, mediante uma só ação, praticou dois ou mais crimes idênticos.

49

O juiz Fernando, no exercício de suas funções, determinou a destinação de armas de fogo e munições apreendidas ao órgão de segurança institucional do Tribunal.

De acordo com a Resolução CNJ 435/2021

- (A) o juiz poderá determinar a destinação de armas de fogo, munições ou quaisquer equipamentos de segurança apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, aos órgãos de segurança institucional dos tribunais e conselhos.
- (B) o juiz, mediante decisão fundamentada, poderá determinar a destinação de armas de fogo, munições ou quaisquer equipamentos de segurança apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, aos órgãos de segurança institucional dos tribunais e conselhos.
- (C) o juiz não poderá determinar a destinação de armas de fogo, munições ou quaisquer equipamentos de segurança apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, aos órgãos de segurança institucional dos tribunais e conselhos.
- (D) somente o Presidente do Tribunal poderá determinar a destinação de armas de fogo, munições ou quaisquer equipamentos de segurança apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, ao órgão de segurança institucional.
- (E) somente membro do CNJ poderá, mediante decisão fundamentada, determinar a destinação de armas de fogo, munições ou quaisquer equipamentos de segurança apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, aos órgãos de segurança institucional dos tribunais e conselhos.

50

Júlia responde a processo por suposta prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes na Vara Criminal onde atua a juíza Fabíola. Após tomar conhecimento, por seu advogado, de que a juíza determinou a expedição de mandado de prisão preventiva, Júlia invadiu o gabinete de Fabíola e a ameaçou de lesão grave.

Nessa hipótese, em relação à ação penal pelo crime de ameaça, de acordo com a Resolução CNJ 435/2021, é correto afirmar que

- (A) processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) de atos de violência ou ameaça contra autoridades não serão instruídos e julgados com prioridade em todos os tribunais e órgãos de primeiro grau, ressalvados os critérios de precedência previstos na Constituição da República e legislação ordinária.
- (B) processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) de atos de violência ou ameaça contra autoridades serão instruídos e julgados com prioridade em todos os tribunais e órgãos de primeiro grau, ressalvados os critérios de precedência previstos na Constituição da República e legislação ordinária.
- (C) processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) apenas de atos de violência contra autoridades serão instruídos e julgados com prioridade em todos os tribunais e órgãos de primeiro grau, ressalvados os critérios de precedência previstos na Constituição da República e legislação ordinária.
- (D) processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) apenas de atos de violência contra autoridades serão instruídos e julgados com prioridade em todos os tribunais e órgãos de primeiro grau, independentemente dos critérios de precedência previstos na Constituição da República e legislação ordinária.
- (E) processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) apenas de atos de violência contra autoridades serão instruídos e julgados com prioridade nos Tribunais Superiores.

51

O Juiz Marcos está, no exercício de suas funções, em situação de risco, após atuação em processo criminal de grande repercussão nacional. Diante dessa situação, o comitê gestor, no âmbito do SINASPJ, recomendou ao órgão do Poder Judiciário respectivo, o exercício provisório à Marcos, fora da sede do juízo.

De acordo com o que dispõe a Resolução CNJ 435/2021, é correto afirmar que

- (A) no âmbito do SINASPJ, ao comitê gestor cabe recomendar ao órgão do Poder Judiciário respectivo, mediante provocação do(a) magistrado(a) e ad referendum do plenário do CNJ, o exercício provisório, fora da sede do juízo, de magistrado(a) em situação de risco, ou a atuação de magistrados(as), preferencialmente vinculados(as) ao mesmo tribunal, em processos determinados, asseguradas as condições para o exercício efetivo da jurisdição, inclusive por meio de recursos tecnológicos.
- (B) o comitê gestor não poderia ter efetuado essa recomendação, ainda que provocado pelo magistrado em situação de risco.
- (C) cabe ao órgão do Poder Judiciário respectivo recomendar o exercício provisório, fora da sede do juízo, de magistrado(a) em situação de risco, ou a atuação de magistrados(as), preferencialmente vinculados(as) ao mesmo tribunal, em processos determinados, asseguradas as condições para o exercício efetivo da jurisdição, inclusive por meio de recursos tecnológicos.
- (D) em nenhuma hipótese, o comitê gestor poderia recomendar ao órgão do Poder Judiciário respectivo, o exercício provisório, fora da sede do juízo, de magistrado(a) em situação de risco.
- (E) ao comitê gestor cabe recomendar ao órgão do Poder Judiciário respectivo, independentemente de provocação do(a) magistrado(a) e ad referendum do plenário do CNJ, o exercício provisório, fora da sede do juízo, de magistrado(a) em situação de risco, ou a atuação de magistrados(as), preferencialmente vinculados(as) ao mesmo tribunal, em processos determinados, asseguradas as condições para o exercício efetivo da jurisdição, inclusive por meio de recursos tecnológicos.

52

De acordo com a Resolução CNJ 383/2021, entende-se atividade de inteligência como

- (A) o exercício sistemático de ações gerais para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.
- (B) o exercício permanente e sistemático de ações gerais para identificar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.
- (C) o exercício permanente de ações gerais para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.
- (D) o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.
- (E) o exercício permanente e sistemático de ações gerais para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.

53

Com base na Resolução CNJ 383/2021, é correto afirmar, em relação ao Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ), que

- (A) integram o SInSIPJ: Superior Tribunal de Justiça, órgão central e de coordenação; Conselho da Justiça Federal; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Superior Tribunal Militar; Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; e Tribunais de Justiça Militar dos Estados.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça poderá, ao seu critério, aderir ao SInSIPJ.
- (C) o Supremo Tribunal Federal não poderá aderir ao SInSIPJ.
- (D) integram o SInSIPJ: Tribunal Regional Eleitoral; Conselho da Justiça Federal; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Superior Tribunal Militar; Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; e Tribunais de Justiça Militar dos Estados.
- (E) o Supremo Tribunal Federal poderá, a seu critério, aderir ao SInSIPJ.

54

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 435, de 28 de outubro de 2021, a política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos seguintes princípios, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.
- (B) Atuação preventiva e proativa, buscando a antecipação e a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra o Poder Judiciário.
- (C) Autonomia, dependência e parcialidade do Poder Judiciário.
- (D) Efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos atos judiciais.
- (E) Integração e interoperabilidade dos órgãos do Poder Judiciário com órgãos de estado, instituições de segurança e inteligência; e gestão de riscos voltada à proteção dos ativos do Poder Judiciário.

55

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 435, de 28 de outubro de 2021, o comitê gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ) possui em sua composição os seguintes membros, exceto:

- (A) um conselheiro(a) designado(a) pelo(a) presidente do CNJ, que o presidirá.
- (B) o(a) secretário(a)-geral do CNJ, que substituirá o(a) presidente nas ausências e impedimentos.
- (C) o(a) diretor(a) do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário.
- (D) um servidor(a) efetivo(a) do quadro permanente do Poder Judiciário, indicado(a) pelo(a) secretário(a)-geral do CNJ.
- (E) um delegado(a) da polícia federal, indicado(a) pelo(a) presidente do STF, caso haja interesse em integrar o comitê.

56

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 435, de 28 de outubro de 2021, os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança, à exceção de

- (A) controle de acesso e fluxo em suas instalações.
- (B) obrigatoriedade do uso de crachás.
- (C) instalação de sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes.
- (D) instalação de equipamento de raio X.
- (E) disponibilização de armas de fogo para magistrados e seus familiares comprovadamente maiores e capazes, servidores, inspetores e agentes da polícia judicial, conforme a legislação vigente.

57

Avalie, com base na NR5, se as atribuições da CIPA incluem:

- I. acompanhar o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos bem como a adoção de medidas de prevenção implementadas pela organização.
- II. registrar a percepção dos riscos dos trabalhadores, em conformidade com o subitem 1.5.3.3 da NR-01, por meio do mapa de risco ou outra técnica ou ferramenta apropriada à sua escolha, sem ordem de preferência, com assessoria do Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, onde houver.
- III. verificar os ambientes e as condições de trabalho visando a identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

Com base no Código de Trânsito Brasileiro, as seguintes afirmativas estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, exceto quando houver sinalização permitindo a ultrapassagem.
- (B) Nas interseções e suas proximidades, o condutor deverá efetuar ultrapassagem com cautela.
- (C) O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.
- (D) Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.
- (E) Nas vias providas de acostamento, a conversão à esquerda e a operação de retorno deverão ser feitas nos locais apropriados e, onde estes não existirem, o condutor deverá aguardar no acostamento, à direita, para cruzar a pista com segurança.

59

Avalie, com base na NR-23, se as seguintes afirmativas acerca da proteção contra incêndios são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis.
- () O empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre: a) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; b) procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança; c) dispositivos de alarme existentes.
- () Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.

AS afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e V.

60

No socorro a vítimas em acidentes, os procedimentos a serem adotados variam caso a caso, acidente a acidente. Entretanto, em todos os casos a sequência de ações a serem realizadas deve sempre ser a mesma.

Nesse contexto, considere as seguintes possíveis ações do socorrista:

1. manter a calma.
2. garantir a segurança.
3. pedir socorro.
4. controlar a situação.
5. verificar a situação das vítimas.
6. realizar algumas ações com as vítimas.

A sequência correta é

- (A) 6, 1, 3, 2, 4 e 5.
- (B) 6, 3, 1, 2, 4 e 5.
- (C) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- (D) 1, 4, 5, 6, 2 e 3.
- (E) 4, 5, 6, 1, 2 e 3.

Redação

Algumas grandes cidades brasileiras se deparam com um grave problema há bastante tempo: a existência de agrupamentos de indivíduos em situação de rua, na imensa maioria dependentes químicos e traficantes, geralmente de crack, que ocupam áreas do centro, causando perturbações. Muitos governos já prometeram combater as denominadas “cracolândias” (crack + lândia = terra do crack), mas aparentemente sem sucesso. O que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, de até 30 linhas, em língua culta, indicando possíveis medidas para o combate a esse problema; não se esqueça de apoiar suas posições em argumentos convenientes.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

